

## AMAZÔNIA BRASILEIRA - AINDA NOSSA!

*Bruno Engert Rizzo*

A Amazônia, localizada ao norte da América do Sul, ocupa uma área total de mais de 6,5 milhões de quilômetros quadrados, fazendo parte do território de nove países: Brasil, Venezuela, Colômbia, Peru, Bolívia, Equador, Suriname, Guiana e Guiana Francesa.

Cerca de 85% da região, fica em território brasileiro, onde ocupa aproximadamente 5.200.000.000 km<sup>2</sup> o que perfaz em, número redondo, 61% da área do país. A densidade populacional é baixa, da ordem de 3,2 hab/km<sup>2</sup>. A população de 16.500.000 indivíduos corresponde a menos de 10% da total do Brasil.

Só a Amazônia brasileira corresponde em área a 32 países da Europa Ocidental.



A denominada Amazônia Legal é uma região composta dos seguintes estados: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, além de parte dos estados de Mato Grosso, Tocantins e Maranhão.

Talvez essa região represente a maior biodiversidade do planeta. Seu potencial como patrimônio genético sequer é conhecido ou pode ser avaliado, tal a sua diversidade. Em termos de riquezas minerais e naturais de fácil acesso, é a última fronteira de grande potencial praticamente inexplorada do planeta.

A selva amazônica representa aproximadamente um terço de toda área de florestas tropicais do mundo e nela nasce e corre a maior reserva de água doce explorável do planeta.

Apesar da relativa integração promovida pelos meios de comunicação e pelas forças armadas, a Amazônia parece ser para a maioria dos brasileiros, uma imensa selva tropical com incontáveis belezas naturais, reservas e índios que devem ser preservados a todo custo, tal qual eram há 1500 anos.

Seja pela distância ou por outras razões, a população brasileira, de forma genérica, tem uma visão distorcida da Amazônia e poucos percebem seu valor estratégico para a nação como reserva de riquezas naturais, potencial biológico ainda desconhecido ou mesmo como território.

As Forças Armadas têm despendido esforços e recursos para manter e ocupar a Amazônia, pois conhecem o seu valor e a razão da cobiça internacional. Outros entes nacionais como a própria Agência Brasileira de Inteligência – ABIN que conhecem a fundo o intrincado jogo de interesses que envolve a Amazônia pouco se pronunciam sobre o assunto.

O governo brasileiro por sua vez tem sido incapaz de desenvolver um projeto integrado para o desenvolvimento da Amazônia, que a preserve e permita sua exploração de forma sustentável. A atual política não preserva a região e pior, permite que interesses estrangeiros silenciosamente se apropriem de nosso patrimônio, deixando para trás apenas uma gigantesco passivo ambiental.

Por trás dos índios e da febre de criação de reservas, existe na Amazônia um sem número de Organizações Não Governamentais – ONGs que atuam livremente na região, travestidas de entidades de ajuda humanitária, científica e sob outros disfarces. Muitas dessas ONGs são financiadas por multinacionais e o verdadeiro interesse é comercial ou até estratégico.

Na realidade a situação é mais preocupante pelo fato de sequer sabermos ao certo, quem são, quantas são e que interesses defendem essas ONGs. Não existe controle nem fiscalização dessas ONGs.

É cada vez mais recorrente o questionamento da soberania brasileira sobre o território. Argumentos como patrimônio da humanidade, soberania compartilhada, pulmão do mundo, proteção do índio e outras impropriedades, vez por outra voltam a ser manchetes na mídia internacional e vêm ganhando eco até entre brasileiros.

A título de avaliação da parcialidade desses argumentos vale mencionar que existem outras regiões do planeta com florestas e tribos ou etnias, que se situam em regiões mais pobres de recursos, onde a vida tem sido desprezada e o meio ambiente devastado sem o menor pudor, principalmente na África, mas também na Ásia e mesmo na Europa. Isso para não mencionar os Estados Unidos da América que simplesmente trucidaram os índios que lá viviam e expulsaram os sobreviventes para reservas assentes em desertos. E tal fato nem foi num passado tão longínquo.

A questão da Amazônia brasileira não se resolve com discursos. Os problemas são muitos e de dimensão quase continental. Os mais relevantes são a questão fundiária, a questão do índio, a exploração ilegal de recursos, a criação descontrolada de reservas e as fronteiras permeáveis com países vizinhos.

A questão fundiária tem gerado conturbação social por confrontar seringalistas e outros habitantes da região com quadrilhas especializadas em grilagem de terras, que se utilizam de fraudes e violência para enriquecer ilícitamente.

A ausência do Poder Público durante décadas abriu espaço, imediatamente ocupado por essas quadrilhas, que segundo o noticiário têm integrantes em todas as esferas. Ainda que tecnicamente não seja fácil atuar numa área tão

vasta, muitos dos focos já foram devidamente mapeados não só pela Inteligência das Forças Armadas, mas também pela própria ABIN e pela Polícia Federal.

Resta, portanto, um planejamento adequado e ação sistemática para impor a legalidade que nesse caso conta com franco apoio da opinião pública que repudia crimes e a barbárie amplamente noticiada.

A questão do índio no Brasil é muito mais complexa, pois parte de vários pressupostos equivocados, que infelizmente são aceitos ou defendidos principalmente por estrangeiros, mas também por brasileiros. Grande parte dos interlocutores de discursos de preservação da Amazônia aparecem travestidos de entidades de ajuda humanitária e querem impor a nós o que em seus países de origem não foi nem é praticado.

Os brasileiros que endossam essa idéia o fazem por desconhecer os desdobramentos que podem decorrer de uma política como a vigente em relação ao índio e a própria região Amazônica.

Os estrangeiros o fazem por defenderem interesses estratégicos e comerciais.

Colocado dessa forma parece mais um dos muitos argumentos radicais que propagam a idéia de que “A Amazônia é nossa”.

Seguem-se algumas explicações que talvez ajudem a demonstrar que não se trata de um pensamento radical, mas sim realista.

Jamais existiu uma nação indígena, como também não existiram povos da floresta. Sempre, desde a colonização, existiram tribos hostis entre si que habitavam e exploravam a selva, disputando território e alimento. A grande maioria dessas tribos era nômade. Essas são questões extremamente relevantes, pois, um povo, uma nação e um território dão origem a um país. Esse talvez seja um dos interesses escondidos por traz do bom mocismo de Organizações Internacionais que insistem em propagar a idéia de “povos da floresta”.

Falsos indianistas alegam que no ano de 1500 deveria haver aproximadamente 5.000.0000 de índios no Brasil que teriam sido alvo de genocídio promovido pelo homem branco. Tal contagem é mera especulação, pois carece de qualquer fundamento técnico. Além disso, tamanho genocídio deixaria vestígios e registros dos quais nunca se teve notícia.

Ainda, segundo esses indianistas, restariam hoje aproximadamente 250.000 índios, que por um argumento torpe, seriam proprietários de imensas áreas do território brasileiro. Lamentavelmente a Constituição Brasileira de 1988 tratou o assunto de forma equivocada. Conforme abordado a seguir.

**Capítulo VIII Art. 231** – *São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e os direitos originários sobre as terras que*

*tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.*

Ao definir de forma tão vaga o direito sobre a terra, foi criada uma situação absurda, já que na realidade todo território brasileiro foi terra indígena antes da chegada dos portugueses.

O índio brasileiro é um cidadão brasileiro. A idéia de que seria o proprietário de todas as terras antes do homem branco chegar ao Brasil, é primária, pois deixa de analisar fatos a luz do contexto histórico no qual se deram. O Brasil assim como outras áreas do planeta foram conquistados e ocupados por outros povos. No período da expansão colonial, conquistar terras, escravizar ou subjugar nativos, eram atos legitimamente aceitos por todos. Não podemos analisar fatos passados fora do contexto histórico com os ideais de justiça, igualdade e liberdade que só surgiram depois.

Se esse argumento fosse válido, poria por terra todas as conquistas empreendidas por diversos povos no passado e que se consolidaram na era moderna através de cartas magnas, tratados e documentos vigentes e aceitos no restante do mundo. Basta lembrar que a Ilha de Manhattan onde se ergueu a cidade de Nova Iorque também pertenceu a índios, como muitas outras áreas mundo afora já tiveram outros proprietários, diferentes daqueles que atualmente as ocupam.

Além disso, muitas das tribos indígenas eram nômades e apenas exploravam a selva tal como o fazem os seringueiros e outros habitantes da selva. A título de curiosidade cabe mencionar que o índio que é tido como o modelo da harmonia com o meio ambiente, é na realidade um predador por excelência. A queimada ou coivara, prática tão lesiva ao ambiente, é herança indígena.

Portanto os argumentos usados em defesa do índio e seu direito a latifúndios chega a ser infantil.

Ainda que se aceitasse toda essa tese sem fundamento, esbarraríamos em questões mais reais.

Grande parte das reservas indígenas foi demarcada justamente sobre jazidas minerais. Muitos desses minerais são raros e estratégicos.

Outras reservas são contínuas, criando verdadeiros enclaves dentro do território nacional. Pior ainda, outras são transnacionais, o que torna a fronteira do Brasil mais imaginária e permeável do que já é, na região amazônica.

As áreas já demarcadas têm dimensões maiores que muitos países.

Se esses argumentos não são suficientes, surgem perguntas que não têm respostas claras.

O que diferencia o índio brasileiro dos demais brasileiros descendentes de índios, negros, europeus e asiáticos a ponto de elevar estes primeiros ao status

mega-latifundiários com exclusividade sobre direito das riquezas existentes nessas áreas?

Porque nós, os demais brasileiros ainda somos obrigados a sustentar esses outros brasileiros direta ou indiretamente, seja custeando demarcações, seja subsidiando suas atividades?

Porque o índio brasileiro está acima da legislação ambiental e de exploração de recursos naturais, podendo alienar riquezas nacionais da forma que lhe convém, compactuando inclusive com contrabando e outras modalidades de crime?

Porque o índio brasileiro pode cometer crimes hediondos dentro de áreas de reservas sem ser responsabilizado?

Todas essas perguntas podem ter respostas que com certeza também não resistem a uma crítica, principalmente considerando que a Constituição do Brasil em suas cláusulas pétreas estipula:

### ***Título I***

***Art 3º - Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:***

*...*

***IV – promover o bem estar de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade ou quaisquer outras formas de discriminação.***

*Logo adiante*

### ***Título II***

#### ***Capítulo I***

***Art 5º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, ...***

O índio brasileiro inquestionavelmente tem uma cultura rica que compõe a adversidade da cultura brasileira. Temos diversas heranças positivas oriundas da cultura indígena e até hoje as forças armadas se valem da cultura e do saber do índio.

Porém a cultura do índio é frágil, e pouco resiste aos apelos da cultura das sociedades modernas. Por essa razão demanda proteção especial e amparo para que possa se integrar mantendo a riqueza das tradições antigas que, estas sim devem ser preservadas.

Na atual política os índios cujas reservas estão assentadas em áreas pobres, em pouco tempo se tornam mendigos despojados de qualquer dignidade e absolutamente dependentes do Estado, enquanto os índios assentados em áreas com riquezas alienáveis se tornam novos ricos, distantes de suas tradições originais.

Por último resta a questão da febre de criação de reservas. Atualmente, unidades de conservação, terras indígenas e reservas ocupam 23% do

território brasileiro. Ainda assim o desmatamento não foi contido nem a exploração ilegal de recursos naturais cessou.

A Amazônia continua sendo predada há décadas de todas as formas possíveis.

Tanto a exploração de madeira, como a pressão da fronteira agrícola e a extração de minerais diversos é uma realidade. Parte desse processo ocorre na total ilegalidade, parte dele ocorre de forma consentida, porém fora dos padrões exigidos para evitar prejuízos ambientais e uma parte ínfima ocorre na legalidade total sem prejuízo ao eco-sistema.

Os incontáveis garimpos ilegais e a extração clandestina de madeira são exemplos de verdadeiras agressões ao eco-sistema e evasão de riquezas.

A simples criação de reservas não inibe a exploração predatória, muito menos a pirataria, principalmente quando os usufrutários são índios.

Mais racional do que criar reservas sobre minerais estratégicos seria fiscalizar melhor todo uso do solo e da extração de recursos naturais.

Na realidade, com essa febre de criação de reservas, nós brasileiros estamos impondo óbices ao próprio desenvolvimento. Quando criamos obstáculos legais para explorar recursos fundamentais para nosso desenvolvimento e por leniência, corrupção ou outra deficiência permitimos que terceiros o façam de forma clandestina e predatória, na prática estamos alienando patrimônio por valor nulo e assumindo o passivo deixado para trás.

Outra questão que deveria nos preocupar é a transnacionalidade de algumas reservas. Em breve, é provável que venhamos a ter grande dificuldade, além daquelas que já enfrentamos, para fiscalizar e ocupar a faixa de fronteira dentro das áreas indígenas.

Não podemos abrir mão de nossa soberania sobre a Amazônia.

A Amazônia, pela sua grandeza e riqueza, demanda um projeto de grande envergadura que permita sua total ocupação e exploração sem destruição, sem prejuízos ambientais e principalmente sem privar futuras gerações de seu usufruto. Na realidade o primeiro passo fundamental seria acabar com a exploração ilegal de recursos, sejam eles em reservas ou não.

Criar e manter áreas de reservas ambientais, extrativistas e mesmo indígenas é importante sob diversos aspectos, desde que se mantenha a soberania e não abra as portas para pirataria e alienação do patrimônio brasileiro por preço vil e de forma ilegal.

Alguns aspectos relevantes no tocante a Amazônia precisam ser reavaliados.

A exploração de madeira oriunda de espécies nativas deve ser definitivamente proibida e fiscalizada com mais rigor. É inadmissível, por várias razões, que árvores que levaram centenas de anos para crescer sejam abatidas.

Reservas não podem ser assentes sob jazidas de minerais necessários para  
nosso desenvolvimento.  
Não pode haver reservas indígenas tão extensas quanto as atuais,  
principalmente quando o índio faz mau uso da área da qual usufrui.

As reservas indígenas não podem ser contínuas nem transnacionais.

A chamada “Faixa de Fronteira” com largura de 150 km não pode integrar reservas indígenas.

**O Capítulo VIII Art. 231 inciso 2º e 3º** atentam contra a soberania nacional e precisam ser revistos. É inadmissível que um grupo tão reduzido de brasileiros mantenha o direito exclusivo sobre recursos importantes ao desenvolvimento do país.

A pirataria genética precisa ser combatida com mais rigor.

Há que se encontrar uma forma eficiente de fiscalizar a Amazônia ou as próximas gerações só terão direito a ver documentários de uma realidade virtual.

Os recursos minerais existentes na Amazônia com certeza não permanecerão intocáveis por toda eternidade. É apenas uma questão de oferta e procura. Se nós não desenvolvermos um projeto de exploração racional e equilibrado, outros os explorarão na clandestinidade ou o tentarão pela força, como vem ocorrendo no Oriente Médio com o petróleo. Os danos colaterais provavelmente serão muito maiores.

Setembro de 2003

**Comentários, críticas e sugestões:** [ofca@ofca.com.br](mailto:ofca@ofca.com.br)  
[O Futuro Começa Agora](#)